

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

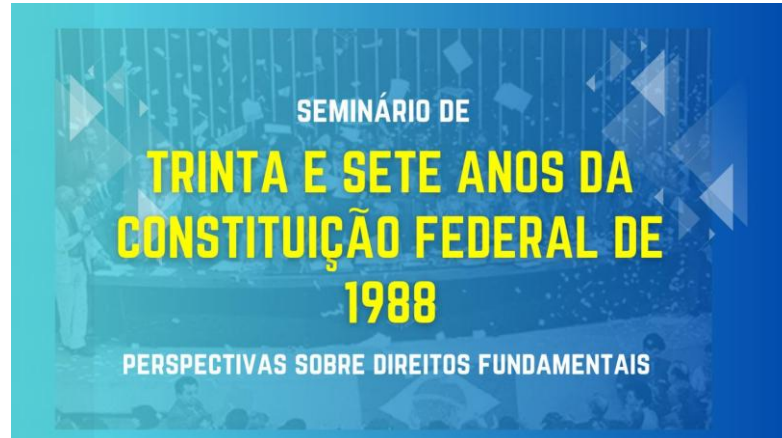


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**COMUNIDADES TRADICIONAIS E O IMPACTO CULTURAL DO GARIMPO
SOBRE MODOS DE VIDA LOCAIS**

*TRADITIONAL COMMUNITIES AND THE CULTURAL IMPACT OF MINING ON
LOCAL WAYS OF LIFE*

**Hugo Rafael Celestino Bandeira¹
Ronan Correa de Souza²
Roberta Priscila de Araújo Lima³
Denison Melo de Aguiar⁴
Neuton Alves de Lima⁵
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁶**

1. INTRODUÇÃO

O garimpo, especialmente em sua forma ilegal, representa um dos maiores fatores de pressão sobre as comunidades tradicionais da Amazônia e de outras regiões brasileiras.

¹ Bacharelado em segurança pública e do cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas. *E-mail:* hrafaelcbandeira@gmail.com

² Bacharelado em segurança pública e do cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas. *E-mail:* ronanjayzoluna@gmail.com

³ Mestranda em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas; Especialização em Direito Penal e Processo Penal e em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa e Literatura. Graduação em Direito pela ULBRA/ MANAUS e em Letras pela UFAM. Email: betarjr@gmail.com.

⁴Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁵Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁶ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A atividade, marcada pela degradação ambiental, pela exploração predatória dos recursos naturais e pela ausência de mecanismos de controle estatal efetivo, gera efeitos que ultrapassam a dimensão econômica e ecológica, atingindo diretamente os modos de vida locais.

2. JUSTIFICATIVA

Este trabalho analisa conforme a Constituição Federal, os impactos culturais do garimpo sobre comunidades tradicionais, como povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, destacando as transformações nos modos de vida locais. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, evidencia como a mineração ilegal ameaça a continuidade de práticas culturais, fragiliza vínculos comunitários e compromete a transmissão de saberes ancestrais.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar sob a perspectiva da Constituição Federal, os impactos culturais do garimpo sobre comunidades tradicionais, como povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, dando destaque as transformações nos modos de vida locais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar o rompimento do vínculo com o território, entendido como base das identidades culturais e sociais, o qual permite compreender os impactos da desterritorialização sobre essas dimensões. Nesse contexto, torna-se essencial examinar a fragilização das referências culturais, marcada pela perda de vínculos simbólicos e sociais, e discutir a ameaça ao patrimônio imaterial, evidenciando os riscos à preservação das práticas, saberes e memórias coletivas.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

O impacto da mineração ilegal é um crime ambiental ou uma ameaça direta ao patrimônio cultural imaterial e à diversidade sociocultural brasileira?

Exige reconhecer que se trata não apenas de um crime ambiental, mas também de uma ameaça direta ao patrimônio cultural imaterial e à diversidade sociocultural brasileira.

5. METODOLOGIA

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisados relatórios de organizações socioambientais, estudos antropológicos e documentos oficiais relacionados ao impacto da mineração sobre comunidades tradicionais, permitindo uma visão interdisciplinar do fenômeno.

A análise privilegiou a relação entre território, cultura e sustentabilidade, considerando que a terra constitui não apenas um espaço físico, mas também um elemento fundamental para a identidade e a continuidade histórica das comunidades. Nesse sentido, buscou-se evidenciar como a perda de territórios e a degradação ambiental influenciam diretamente a preservação de saberes imateriais, como práticas agrícolas, conhecimentos tradicionais e rituais culturais.

6. RESULTADOS

Os estudos mostraram que os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas veem seus territórios invadidos, suas relações com a natureza comprometidas e suas tradições ameaçadas pela expansão da mineração clandestina, que não apenas destrói o ambiente físico, mas também compromete práticas culturais, rituais espirituais e saberes transmitidos entre gerações.

A análise evidenciou que com a chegada do garimpo nesses espaços, a uma provocação que gera profundas alterações na organização social, desestruturando sistemas comunitários baseados na cooperação, na reciprocidade e na gestão coletiva dos recursos. A economia tradicional, fundamentada no extrativismo, na agricultura de subsistência e na pesca artesanal, é progressivamente substituída por relações mercantis instáveis e dependentes, gerando desigualdades internas e ampliando a vulnerabilidade social. Da mesma forma, as práticas culturais, que possuem ligação intrínseca com o território e seus ciclos naturais, tornam-se fragilizadas diante dos impactos causados.

A presença de atividades ilícitas e de redes criminosas intensifica a violência, a exploração laboral e a perda de autonomia cultural, introduzindo dinâmicas externas que rompem a coesão interna das comunidades.

A vida das comunidades tradicionais está profundamente vinculada ao território, entendido não apenas como espaço físico, mas como elemento estruturante de identidades culturais e sociais. É nele que se desenvolvem práticas de subsistência, como a pesca, a

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

agricultura de pequena escala e o extrativismo, além de manifestações culturais e espirituais que reafirmam a coletividade. Para Diegues (2000), a relação simbiótica entre povos tradicionais e seus ambientes naturais constitui um eixo central para a reprodução de seus modos de vida e para a transmissão intergeracional de saberes.

Do ponto de vista cultural, a mineração ilegal gera efeitos que vão desde a desvalorização de práticas ancestrais até a introdução de hábitos externos, frequentemente associados à economia de mercado e ao consumo imediato. O Instituto Socioambiental (ISA, 2022) aponta que a presença de garimpeiros em terras indígenas, como as dos povos Munduruku e Yanomami, tem resultado não apenas em degradação ambiental, mas também em desestruturação social e cultural. O enfraquecimento das relações internas é ainda agravado pela presença de atividades ilícitas, como tráfico de drogas, exploração sexual e aliciamento de jovens, que fomentam conflitos internos e ampliam a vulnerabilidade social (GREENPEACE, 2023).

Outro aspecto relevante é a ameaça ao patrimônio imaterial. Tradições orais, cantos, rituais e saberes sobre a floresta perdem espaço diante do avanço do garimpo, que reduz a disponibilidade de recursos naturais essenciais à prática de atividades culturais e religiosas. A contaminação por mercúrio, documentada em laudos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2021), compromete a saúde das comunidades ribeirinhas e indígenas e provoca a escassez de peixes. Segundo relatório da Hutukara Associação Yanomami citado pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2023) a invasão de mais de 20 mil garimpeiros em terras Yanomami ocasionou desnutrição infantil, colapso das práticas alimentares tradicionais e interrupção de rituais espirituais ligados à caça e à pesca.

Nesse sentido, os impactos do garimpo transcendem o campo econômico, configurando uma forma de etnocídio cultural, pois comprometem a continuidade de práticas que garantem a sobrevivência simbólica e identitária dos povos. Como destaca Almeida (2019), a destruição territorial é inseparável da destruição cultural, uma vez que território e cultura constituem dimensões indissociáveis da vida comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos do garimpo sobre comunidades tradicionais evidenciam que a mineração ilegal não ameaça apenas o meio ambiente, mas também coloca em risco a diversidade cultural brasileira. A exploração predatória dos territórios implica na

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

degradação de rios, solos e florestas, comprometendo os recursos naturais essenciais à subsistência dessas populações. Paralelamente, a invasão de áreas tradicionalmente ocupadas fragiliza os laços sociais, provoca deslocamentos forçados e dificulta a transmissão de saberes ancestrais. Enfrentar esse desafio exige a implementação de políticas públicas integradas, que reconheçam a centralidade do território para a manutenção da vida cultural e social das comunidades tradicionais. Tais políticas devem englobar a demarcação e proteção efetiva de terras indígenas, quilombolas e ribeirinhas, bem como a criação de mecanismos que promovam alternativas econômicas sustentáveis. Além disso, é fundamental fortalecer instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, incentivando a documentação, valorização e transmissão dos conhecimentos tradicionais para as futuras gerações.

Somente por meio de uma abordagem que articule justiça social, preservação ambiental e valorização cultural será possível assegurar que os modos de vida locais resistam às pressões do garimpo ilegal. A promoção de um modelo de desenvolvimento que respeite os direitos territoriais e culturais dessas populações é essencial para garantir que a riqueza cultural do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, maio 2004. DOI: 10.22296/2317-1529.2004v6n1p9. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>. Acesso em: 21 set. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000. Disponível em: https://books.google.com/books/about/O_mito_moderno_da_natureza_intocada.html?id=ZOidSQAACAAJ. Acesso em: 21 set. 2025.

GREENPEACE BRASIL. **Relatório Ouro Tóxico – Como a exploração ilegal de ouro na Amazônia alimenta a destruição ambiental, as violações dos direitos indígenas e um comércio global obscuro**. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/publicacoes/relatorio-ouro-toxico/>. Acesso em: 21 set. 2025.

BASTA, Paulo Cesar. **Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia: uma abordagem integrada saúde-ambiente**. Relatório técnico. Rio de Janeiro: Ensp/Fiocruz, 2012. Disponível em: <https://arca.fiocruz.br/items/a855a1dd-386e-40c9-9260-2e9cfc2dbd15>. Acesso em: 22 set. 2025.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Estudo liderado pela Fiocruz identificou contaminação por mercúrio entre indígenas Yanomami em aldeias do Alto Rio Mucajaí, em Roraima.** 2024. Agência Gov / EBC. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/yanomamis-de-nove-aldeias-assediadas-pelo-garimpo-estao-contaminados-por-mercurio>. Acesso em: 21 set. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Entenda a crise humanitária na Terra Indígena Yanomami.** 2023. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/entenda-crise-humanitaria-na-terra-indigena-yanomami>. Acesso em: 22 set. 2025.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades tradicionais; Garimpo; Cultura; Amazônia; Patrimônio imaterial.

KEYWORDS: *Traditional communities; Mining; Culture; Amazon; Intangible heritage.*